

▶ **continuação** das políticas contábeis da Associação e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31/12/2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Determinação da vida útil do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 3.c (iii)); e Determinação da mensuração de provisões para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 13). **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Associação requerem a mensuração do valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Associação. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Associação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Associação está classificado como Nível 2. A Associação reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorrerem as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros. **d. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado. **3. Principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa. A Associação possui recursos com restrição de uso vinculados a projetos. Recursos vinculados a projetos ou com restrição representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão. **b. Estoques:** Os estoques estão relacionados, principalmente a suprimentos musicais e materiais de escritório. O custo dos estoques, baseado no princípio do custo médio, é avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **c. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Associação inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Os ativos imobilizados classificados como uso restrito são registrados em conformidade com o CPC 07 (R1)/NBC TG 07 (R2), ou seja, quando ocorre a aquisição de bens dos contratos de gestão são reconhecidos os ativos imobilizados e intangíveis, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante. Um item de imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **(ii) Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Associação. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício corrente são as seguintes:

Anos	
25	Imóveis
10	Instalações
10	Equipamentos
10	Móveis e utensílios
5	Veículos
10	Instrumentos musicais
10	Ferramentas
5	Computadores e periféricos
10	Telefones

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado como mudança de estimativas contábeis. Não houve evidências sobre a necessidade de alteração da expectativa de vida útil econômica dos ativos em relação ao ano anterior. **d. Redução ao valor recuperável (impairment):**

(i) Ativos financeiros não derivativos: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Associação são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Durante o exercício de 2021, não houve indicação de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros. **e. Intangível: (i) Reconhecimento e mensuração:** Os ativos intangíveis são registrados pelo custo histórico de aquisição. Quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável são submetidas a teste para análise de perda no seu valor recuperável (impairment). Em 2021 a Associação encomendou de empresa especializada em desenvolvimento de games para os sistemas operacionais Android/iOS, um software com conteúdo das aulas de teoria musical para celulares e computadores. O aplicativo será gratuito e estará disponível a todos os alunos de música no Brasil, escolas, e instituições de ensino, no momento em que estiver disponível para uso, terá sua vida útil atribuída.

(ii) Amortização: A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **f. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Associação avalia se o mesmo é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Associação utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/NBC TG 06 (R3). No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Associação aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Associação optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Associação reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente

depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Associação. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Associação alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de ativos de baixo valor e de curto prazo:** A Associação optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Associação reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **g. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **h. Obrigações trabalhistas:** Contemplam as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço. **i. Provisões, passivos contingentes:** Uma provisão é reconhecida quando, como resultado de um evento passado, a Associação tenha uma obrigação presente e legal que pode ser estimada de modo confiável, com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado. As provisões são constituídas, revisadas e ajustadas, sempre que a perda for avaliada como provável e considerando a avaliação da administração, em conjunto com a opinião dos assessores jurídicos, levando em consideração a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a prescrição ou decadência quando aplicável, as decisões mais recentes e jurisprudências dos tribunais. **j. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** A Associação não pratica transações significativas de compras a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **k. Subvenções governamentais - Projetos a executar:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão originados de contratos com a Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, são registrados da seguinte forma, em conformidade com o CPC 07 (R1)/NBC TG 07 (R2): **• Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos, é reconhecido um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projetos a executar, fundo de reserva ou fundo de contingência no passivo circulante. **• Consumo do passivo de projetos a executar:** São registrados os consumos por meio de conta redutora do passivo, quando da realização de uma receita em bases sistêmicas com a despesa que pretende compensar. **• Aquisição de bens:** Quando ocorre a aquisição de bens dos contratos de gestão são reconhecidos os ativos imobilizados e intangíveis, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante. **• Rendimentos de aplicações financeiras:** Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projetos a executar no passivo circulante. Em consequência à prática contábil adotada pela Associação, os efeitos no resultado do exercício relacionados ao contrato de gestão são nulos, pois todas as despesas incorridas com o projeto são confrontadas com as respectivas receitas. **l. Fundos de reserva e de contingência:** Os Fundos são reconhecidos no ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a Fundo de Reserva ou Fundo de Contingência no passivo circulante. **(i) Fundo de reserva:** Tem a finalidade de constituir uma reserva de recursos sob a tutela do Conselho de Administração, que poderá ser utilizada na hipótese de atraso superior a 5 (cinco) dias no repasse de recursos por parte da Secretaria. A utilização destes recursos fica condicionada à prévia aprovação pelo Conselho de Administração da SMC, sendo que os respectivos valores deverão ser restituídos à reserva em até 3 (três) dias úteis após a efetivação do repasse pela Secretaria. **(v) Fundo de contingência:** Tem a finalidade de suportar eventuais contingências conexas à execução do programa de trabalho, o valor é composto através de percentual estipulado sobre o valor global repassado pela Secretaria, observados os preceitos do artigo 5º, inciso VI, alínea "g" do Decreto Estadual 43.493/1998, com as alterações do Decreto Estadual 62.528/2017. Na composição e utilização desses recursos, deverá ser observado que: **1)** a Organização Social poderá contribuir com recursos próprios para a conta de recursos de contingência. **2)** os recursos financeiros depositados na conta bancária a que se refere somente poderão ser utilizados, em conformidade com o estabelecido no **Contrato de Gestão**, e com deliberação de 3/4 (três quartos) dos membros do Conselho de Administração da **Contratada** e do Secretário da Cultura, a quem é facultado delegar o exercício dessa competência, cabendo-lhes zelar por seu uso, em conformidade com o praticado por entidades congêneres. **3)** Caso as contingências previstas refiram-se a ordens ou condenações judiciais em processos cíveis, trabalhistas e tributários ou sejam decorrentes de acordos judiciais em ações promovidas em face da **Contratada**, na esfera federal, estadual ou municipal, de competência da justiça comum ou especializada, que tenham de ser cumpridos em prazo inferior a 15 (quinze) dias, fica desde já autorizada pelo Secretário da Cultura a utilização de recursos da conta bancária destinada a contingências, devendo a mesma ser aprovada pelo Conselho de Administração da **Contratada**, sem prejuízo de outras eventuais utilizações na forma do subitem anterior. **4)** No caso excepcional do subitem anterior, ficará a **Contratada** obrigada a encaminhar à **Contratante** a documentação pertinente, com os devidos esclarecimentos referentes à movimentação efetuada, no relatório trimestral seguinte. **5)** Ao final do **Contrato de Gestão**, eventual saldo financeiro remanescente na conta de recursos de contingência será rateado entre o Estado e a Organização Social, observada a mesma proporção em que ela foi constituída. **6)** Os saldos da conta, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês. **7)** As receitas financeiras auferidas serão obrigatoriamente computadas a crédito do **Contrato de Gestão** e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste. **m. Recursos aplicados em ativos permanentes (receita diferida):** Os valores reconhecidos como receita diferida representam os ativos imobilizados e intangíveis recebidos em doação, mensurados ao valor justo, e ativos adquiridos de terceiros, que são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são realizadas ao resultado do exercício segundo o regime de competência em base sistemática em confronto com a depreciação do bem imobilizado ao longo de sua vida útil estimada, em atendimento ao CPC 07 (R1)/NBC TG 07 (R2). **n. Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da Associação, acrescido ou reduzido dos superávits (déficits) apurados desde a data de sua constituição. Em consonância com o artigo 14 do Código Tributário Nacional, a Associação não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título e aplica integralmente no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais. Prevê seu Estatuto Social que, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente será destinado para uma entidade beneficente, congênera ou afim, sem fins econômicos e lucrativos, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - C.N.A.S., se a lei exigir e, de preferência constituída pelas "Religiosas Profetas, Irmãs de Santa Marcelina" conforme for

fixado pela Assembleia Geral. Quanto aos contratos de gestão executados pela Organização Social, seus recursos são aplicados exclusivamente nos objetivos contratualizados. Os recursos financeiros destinados à Organização Social para fins de execução dos contratos de gestão, são providos em sua maior parte, pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, neste sentido, a Associação depende do recebimento regular desses recursos, bem como das políticas e diretrizes traçadas por este órgão governamental, para a manutenção das atividades e do equilíbrio econômico-financeiro do Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo e da Escola de Música do Estado de São Paulo - EMESP TOM JOBIM, Teatro São Pedro, Orquestra do Teatro São Pedro - ORTHESP e Teatro Caetano de Campos. **o. Reconhecimento de receita:** A Associação reconhece a receita por competência quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Associação; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Associação. **p. Apuração do resultado do exercício:** As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. **q. Receitas com trabalhos voluntários:** Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas com atividades das unidades mantenedoras e não geram impactos em déficits ou superávits, pois visam, tão somente, atender a esse dispositivo contábil. Em 31/12/2021 e 2020 a Associação registrou o montante de R\$ 304.433 referente a trabalhos voluntários (R\$ 12.016 em 2020). **r. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** A Associação reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Associação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(i) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Nos exercícios de 2021 e 2020 a Associação não possuía nenhum instrumentos financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Associação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores imobiliários, contas a receber e outras créditos. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(ii) Desreconhecimento:** A Associação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Associação transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Associação nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Associação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Associação também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iii) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(iv) Instrumentos financeiros derivativos:** A Associação não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020, incluindo operações de *hedge*. **s. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre ativos financeiros para negociação (aplicações financeiras). A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias. **t. Gerenciamento do risco financeiro:** A política da Administração é manter uma sólida base de recursos para manter o desenvolvimento futuro da Associação. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas. As políticas adotadas pela Administração para gerenciamento do risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco de taxa de juros estão apresentados na nota explicativa nº 20. **u. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2022. A Associação não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras pois não são aplicáveis ao contexto de suas operações, como segue: **• Contratos onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/NBC TG 25 (R2)).** **• Imposto diferido - Relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/NBC TG 32 (R4)).** **• Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48/NBC TG 48, CPC 38, CPC 40/NBC TG 40 (R3), CPC 11/NBC TG 11 (R2) e CPC 06/NBC TG 06 (R3)).** Outras normas - não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Associação: **• Concessões de aluguel relacionados a Covid-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/ NBC TG 06 (R3)).** **• Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/NBC TG 27 (R4)).** **• Referência a Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15/NBC TG 15 (R4)).** **• Classificação do passivo circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/NBC TG 26 (R5)).** **• Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/NBC TG 26 (R5)).** e **• Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 26/NBC TG 26 (R5)).** **4. Caixa e equivalentes de caixa e recursos restritos vinculados a fundos**

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	71.971	-
Aplicações financeiras (a)	10.900	260.187
Recursos sem restrição	82.871	260.187
Caixa e bancos	-	285.801
Aplicações financeiras (a)	37.473.489	37.758.048
Recursos restritos vinculados a fundos	37.473.489	38.043.849
Recursos restritos vinculados a fundos (nota explicativa nº 12) (a) / (b)	7.109.491	12.698.491
Total de recursos com restrição (c)	44.582.980	50.742.344
	44.665.851	51.002.531

continua ▶

continuação

(a) Referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 56,90% a 78,66% do CDI (em 2020 a remuneração foi de 11,08% a 50,69% do CDI). (b) Os recursos restritos vinculados a fundos referem-se aos recursos aplicados financeiramente pela Associação e que somente poderão ser utilizados nas previsões específicas de cada um dos fundos (reserva e contingências) que as Entidades por ela geridas ("Projeto Guri" e "EMESP") constituíram (vide notas explicativas nº 31 e nº 13). (c) Os recursos com restrição apresentados nos termos do item 27 (e) da ITG 2002 (R1), referem-se a verbas recebidas pela Associação, oriundas de contratos de gestão celebrados com a Secretaria Estadual da Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, e que serão utilizados exclusivamente para o objetivo contratualizado. Abaixo são demonstrados os saldos com restrição segregados por contrato de gestão:

Projetos	2021				2020			
	Caixas e bancos	Aplicações financeiras	Recursos restritos vinculados a fundos	31/12/2021	Caixas e bancos	Aplicações financeiras	Recursos restritos vinculados a fundos	31/12/2020
Projeto Guri	-	17.217.235	2.771.004	19.988.239	-	12.348.055	-	12.348.055
EMESP	-	9.328.065	4.338.487	13.666.552	-	8.214.446	-	8.214.446
PRONAC	-	10.928.189	-	10.928.189	242.521	5.713.245	-	5.955.766
TMSP	-	-	-	-	43.280	24.180.797	-	24.224.077
Total	-	37.473.489	7.109.491	44.582.980	285.801	50.456.543	-	50.742.344

(provisão de férias e respectivos encargos) no encerramento do exercício de 2021, se comparado ao exercício anterior. **8. Imobilizado:** A Associação possui ativos imobilizados de uso restrito e não restrito. Os ativos imobilizados classificados como uso restrito são registrados em conformidade com o CPC 07 (R1)/NBC TG 07 (R2), ou seja, quando ocorre a aquisição de bens dos contratos de gestão são reconhecidos os ativos imobilizados e intangíveis, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante.

Imobilizado	Taxas anuais de depreciação	Custos	Depreciação acumulada	
			2021	2020
Total		17.756.755	(14.033.630)	3.723.125
Imóveis	4%	1.058.109	(127.428)	930.681
Instalações	10%	35.258	(34.833)	425
Equipamentos	10%	1.114.974	(886.464)	228.510
Móveis e utensílios	10%	1.147.944	(1.016.040)	131.904
Veículos	20%	364.692	(364.692)	-
Instrumentos musicais	10%	12.682.744	(10.478.218)	2.204.526
Ferramentas	10%	1.771	(1.709)	62
Computadores e periféricos	20%	1.111.932	(1.098.347)	13.585
Telefones	10%	25.925	(25.899)	26
Reforma Polo Brooklin	-	163.120	-	163.120
Obras Theatro São Pedro	-	50.286	-	50.286
Total		17.756.755	(14.033.630)	3.723.125

Imobilizado sem restrição	Taxas anuais de depreciação	Custos	Depreciação acumulada	
			2021	2020
Total		13.828.656	(12.132.886)	1.695.770
Imóveis	4%	1.058.109	(127.429)	930.680
Equipamentos	10%	150.543	(93.709)	56.834
Móveis e utensílios	10%	38.214	(35.649)	2.565
Instrumentos musicais	10%	2.681.233	(1.643.958)	1.037.275
Ferramentas	10%	1.771	(1.709)	62
Computadores e periféricos	20%	1.111.932	(1.098.347)	13.585
Telefones	10%	25.925	(25.899)	26
Reforma Polo Brooklin	-	163.120	-	163.120
Obras Theatro São Pedro	-	50.286	-	50.286
Total		13.828.656	(12.132.886)	1.695.770

(a) Alteração de critério de desconto de adiantamento de férias: A Associação passou a utilizar a partir de maio de 2021 o sistema de RH da empresa Benner Sistemas S/A, para o processamento da folha de pagamento. Este sistema possui uma parametrização para o cálculo de descontos das provisões de férias, adiantamentos e dos respectivos encargos sociais incidentes pelo método *pró-rata*, ou seja, o desconto ocorre mensalmente conforme o gozo das férias do colaborador. Desta maneira, caso o colaborador venha a gozar suas férias parte em um mês e o restante no mês subsequente, o sistema manterá um saldo a ser descontado do colaborado para 2º mês de gozo das férias. O sistema utilizado anteriormente era o Totvs, e as férias eram descontadas integralmente quando do início do gozo, ou seja, o desconto ocorria inteiramente no primeiro mês. Como no atual sistema, o desconto passou a ser *pró-rata*, de modo que o valor da provisão de férias, adiantamentos de férias e respectivos encargos incidentes passaram a ter saldo maiores no ativo (adiantamentos de férias) e passivo

GURI	Custos	Depreciação acumulada	2021		2020	
			2021	2020	2021	2020
Total	5.895.248	(5.056.697)	838.550	924.594	7.933.408	(7.076.189)
Instalações	35.258	(34.833)	425	3.951	-	-
Equipamentos	281.862	(242.180)	39.682	60.291	682.568	(550.575)
Móveis e utensílios	454.844	(445.546)	9.298	29.570	654.886	(534.844)
Veículos	364.692	(364.692)	-	-	-	-
Instrumentos musicais	4.298.878	(3.672.902)	625.976	829.247	5.702.634	(5.161.358)
Ferramentas	385	(351)	34	73	1.386	(1.359)
Computadores e periféricos	279.459	(279.443)	16	1.462	832.473	(818.904)
Telefone	16.750	(16.750)	-	-	9.175	(9.149)
Obras em andamento	163.120	-	163.120	-	50.286	-
Total	5.895.248	(5.056.697)	838.550	924.594	7.933.408	(7.076.189)

A fim de atender ao que determina o item 13, da cláusula segunda do Contrato de Gestão 04/2017 - Guri na Capital e Grande São Paulo e do Contrato de Gestão 05/2017 - Escola de Música do Estado de São Paulo - Emesp Tom Jobim, Theatro São Pedro, Orquestra do Theatro São Pedro - Orthesp e Teatro Caetano de Campos, encaminhamos à Secretaria de Cultura e Economia Criativa de São Paulo em 21/03/2018, por meio dos ofícios smc nºs 072/2018 e 073/2018, relação contendo os bens e equipamentos que serão utilizados para a realização das atividades contratualizadas. Os bens foram devidamente inventariados e empenhados pela Santa Marcelina Cultura e aguardam a devida Termo de Permissão de Uso a ser emitido pela citada Secretaria. As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Custo	Saldo em 31/12/2020		Saldo em 31/12/2021	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Total custo	3.924.779	3.320	3.928.099	3.928.099
Depreciação	(1.581.175)	(319.570)	(1.900.745)	(2.027.354)
Saldo líquido	2.343.604	(316.570)	2.027.354	1.900.745

8.a Imobilizado sem restrição

Custo	Saldo em 31/12/2020		Saldo em 31/12/2021	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Total custo	3.924.779	3.320	3.928.099	3.928.099
Depreciação	(1.581.175)	(319.570)	(1.900.745)	(2.027.354)
Saldo líquido	2.343.604	(316.570)	2.027.354	1.900.745

Custo	Saldo em 31/12/2020		Saldo em 31/12/2021	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Total custo	3.924.779	3.320	3.928.099	3.928.099
Depreciação	(1.581.175)	(319.570)	(1.900.745)	(2.027.354)
Saldo líquido	2.343.604	(316.570)	2.027.354	1.900.745

Custo	Saldo em 31/12/2020		Saldo em 31/12/2021	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Total custo	13.594.230	259.464	(25.038)	13.828.656
Depreciação	(11.594.138)	(539.247)	500	(12.132.885)
Saldo líquido	2.000.091	(279.783)	(24.538)	1.695.770

Custo	Saldo em 31/12/2020		Saldo em 31/12/2021	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Total custo	13.594.230	259.464	(25.038)	13.828.656
Depreciação	(11.594.138)	(539.247)	500	(12.132.885)
Saldo líquido	2.000.091	(279.783)	(24.538)	1.695.770

Instalações	(31.307)	(3.526)	-	(34.833)
Equipamentos	(816.606)	(70.160)	303	(886.463)
Móveis e utensílios	(952.602)	(63.536)	98	(1.016.040)
Veículos	(364.692)	-	-	(364.692)
Instrumentos musicais	(9.817.769)	(660.449)	-	(10.478.218)
Ferramentas	(1.629)	(81)	-	(1.710)
Computadores e periféricos	(1.079.749)	(18.696)	99	(1.098.346)
Telefones	(25.855)	(44)	-	(25.899)
Total depreciação	(13.175.313)	(858.817)	500	(14.033.631)
Saldo líquido	4.343.695	(596.033)	(24.538)	3.723.124

Custo	Saldo em 31/12/2019		Saldo em 31/12/2020	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Total custo	17.465.098	58.601	(4.690)	17.519.009
Depreciação	(12.095.281)	(1.082.123)	2.090	(13.175.314)
Saldo líquido	5.369.817	(1.023.522)	(2.600)	4.343.695

Custo	Saldo em 31/12/2021		Saldo em 31/12/2020	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Total custo	17.465.098	58.601	(4.690)	17.519.009
Depreciação	(12.095.281)	(1.082.123)	2.090	(13.175.314)
Saldo líquido	5.369.817	(1.023.522)	(2.600)	4.343.695

Custo	Saldo em 31/12/2021		Saldo em 31/12/2020	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Total custo	17.465.098	58.601	(4.690)	17.519.009
Depreciação	(12.095.281)	(1.082.123)	2.090	(13.175.314)
Saldo líquido	5.369.817	(1.023.522)	(2.600)	4.343.695

9. Obrigações sociais e trabalhistas

Custo	Saldo em 31/12/2021		Saldo em 31/12/2020	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Total custo	17.465.098	58.601	(4.690)	17.519.009
Depreciação	(12.095.281)	(1.082.123)	2.090	(13.175.314)
Saldo líquido	5.369.817	(1.023.522)	(2.600)	4.343.695

Em 2020, os valores das rubricas de Salários a Pagar, Pensão Alimentícia, Rescisão, FGTS a recolher e Pis a Recolher, são referentes ao Convênio que a Associação celebrou para gestão do Theatro Municipal de São Paulo - TMSP, cuja dinâmica de pagamento das referidas obrigações ocorria sempre no mês seguinte a sua competência. Para os Contratos de Gestão do Projeto Guri e EMESP, a Associação sempre liquidou tais obrigações na própria competência, sendo assim não há saldo a pagar para o exercício de 2021 em razão do término do contrato com o TMSP ter ocorrido no mês de maio deste mesmo exercício. (a) São referentes a Provisão de Férias e Encargos, assim representados:

Descrição	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
GURI	1.470.043	554.557	-	-
EMESP	1.727.217	722.032	-	-
TMSP	-	4.457.497	-	-
Total	3.197.260	5.734.086	-	-

O Theatro Municipal possui saldo a pagar apenas em 2020 em razão do Convênio que a Associação celebrou para sua gestão ter se encerrado em Maio de 2021. Adicionalmente, os contratos de Gestão do Projeto Guri e EMESP tiveram alteração de critério de desconto da provisão de férias e respectivos encargos incidentes: A Associação passou a utilizar a partir de maio de 2021 o sistema de RH da empresa Benner Sistemas S/A, para o processamento da folha de pagamento. Este sistema possui uma parametrização para o cálculo de descontos das provisões de férias e dos respectivos encargos sociais incidentes pelo método *pró-rata*, ou seja, o desconto ocorre mensalmente conforme o gozo das férias do colaborador. Desta maneira, caso o colaborador venha a gozar suas férias parte em um mês e o restante no mês subsequente, o sistema manterá um saldo a ser descontado do colaborado para 2º mês de gozo das férias. O sistema utilizado anteriormente era o Totvs, e as férias eram descontadas integralmente quando do início do gozo, ou seja, o desconto ocorria inteiramente no primeiro mês. Como no atual sistema, o desconto passou a ser *pró-rata*, o valor da provisão de férias e respectivos encargos incidentes passaram a ter saldo maiores no passivo no encerramento do exercício de 2021, se comparado ao exercício anterior. Apesar dessa mudança na parametrização do cálculo a despesa com férias reconhecida no resultado do exercício não apresentou variação relevante em 2021 em comparação a 2020.

(b) Tratam-se de valores de INSS sobre folha de pagamento, como segue:

Descrição	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
GURI	428.762	-	-	-
EMESP	509.055	-	-	-
TMSP	-	1.393.430	-	-
Total	937.817	1.393.430	-	-

O Theatro Municipal possui saldo a pagar apenas em 2020 em razão do Convênio que a Associação celebrou para sua gestão ter se encerrado em Maio de 2021. O Projeto Guri e o EMESP possuem saldo a pagar apenas em 2021 pois, para o ano de 2020 os valores foram pagos no próprio exercício.

Custo	Saldo em 31/12/2021		Saldo em 31/12/2020	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Total custo	3.924.779	3.320	3.928.099	3.928.099
Depreciação	(1.581.175)	(319.570)	(1.900.745)	(2.027.354)
Saldo líquido	2.343.604	(316.570)	2.027.354	1.900.745

Custo	Saldo em 31/12/2021		Saldo em 31/12/2020	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Total custo	3.924.779	3.320	3.928.099	3.928.099
Depreciação	(1.581.175)	(319.570)	(1.900.745)	(2.027.354)
Saldo líquido	2.343.604	(316.570)	2.027.354	1.900.745

Custo	Saldo em 31/12/2021		Saldo em 31/12/2020	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Total custo	13.594.230	259.464	(25.038)	13.828.656
Depreciação	(11.594.138)	(539.247)	500	(12.132.885)
Saldo líquido	2.000.091	(279.783)	(24.538)	1.695.770

continuação Cultura e Economia Criativa. No caso de não cumprimento dessas metas, as Entidades geridas pela Associação poderão sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados. Os relatórios quadrimestrais relativos ao primeiro e segundo quadrimestre de 2021 (dos contratos de gestão 05/2017 - EMESP Tom Jobim, Teatro São Pedro, ORTHESP E Teatro Caetano de Campos e 04/2017 - Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo), foram preparados e encaminhados para a Unidade de Formação Cultural - UFC, para a Unidade de Monitoramento - UM e para a Comissão de Avaliação - CA da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, sendo o relatório do primeiro quadrimestre entregue em 20 de maio e o relatório do segundo quadrimestre em 20/09/2021. A prestação de contas referente ao relatório de atividades anuais será enviada em 15/03/2022 e as eventuais complementações ou substituições até o dia 29 de março do mesmo ano corrente. **Detalhamento dos projetos incentivados, contratos de gestão e termos de colaboração restritos 2021. (i) Projetos Incentivados: (a) Plano Anual de Atividades da Santa Marcelina Cultura 2020 - PRONAC: 19 2866:** O "Plano Anual de Atividades da Santa Marcelina Cultura 2020", foi inscrito com o intuito de complementar e aprimorar a temporada artístico-pedagógica dos programas geridos pela Santa Marcelina Cultura, com o objetivo de aperfeiçoar a formação dos alunos do Programa Guri Capital e Grande São Paulo, da EMESP Tom Jobim e complementar a programação artística do Teatro São Pedro. O projeto também tinha como objetivo democratizar o acesso às atividades musicais e formar público por meio de intensa programação artística gratuita e/ou a preços populares. O projeto também previa a complementação das Bolsas de Estudos dos alunos dos Grupos Artísticos de Bolsistas da EMESP Tom Jobim e uma série comemorativa aos 250 anos de Beethoven. **(a.1) Plano Anual de Atividades da Santa Marcelina Cultura 2021/2022 - PRONAC: 20.4646:** O "Plano Anual de Atividades da Santa Marcelina Cultura 2021/2022" foi inscrito com o objetivo de complementar e aprimorar as ações estabelecidas nos Contratos de Gestão nº 04/2017 e 05/2017 que a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina tem com o Governo do Estado de São Paulo, por meio de uma vasta programação artístico-pedagógica, em benefício a formação musical de mais de 14 mil alunos, alunas, comunidades e público em geral. **(ii) Contratos de gestão e termos de colaboração restritos: (b) Relatório Anual 2021 - Guri na Capital e Grande São Paulo: 1. Eixo - Ensino Musical:** Em 2021 foram matriculados 14.316 alunos nos Polos do Guri. **Cursos de Iniciação Musical:** Foram oferecidas em 2021, 15.250 vagas nos cursos de Iniciação Musical, sendo que, 11.570 alunos foram matriculados. **Cursos Livres:** Em 2021 tivemos 47 Cursos Modulares com 1.598 alunos matriculados. Tivemos 1.136 alunos matriculados no curso de Iniciação Musical para Adultos. Também tivemos 12 alunos matriculados no curso de Luteria. **GURI 4.0:** Em 2021 tivemos 40 cursos online por meio de plataformas digitais de compartilhamento de vídeo, com público de 174.841 pessoas. **Manutenção de Polos:** O Guri possui 44 Polos em funcionamento. São eles: 1 - CEU Dutra, 2 - CEU Alvarenga, 3 - CEU Casa Blanca, 4 - CEU Jambiro, 5 - CEU Meninos, 6 - CEU Pq. São Carlos, 7 - CEU Pq. Veredas, 8 - CEU Pêra Marmelo, 9 - CEU Perus, 10 - CEU Rosa da China, 11 - CEU São Mateus, 12 - CEU São Rafael, 13 - CEU Vila Curuçá, 14 - CEU Vila Atlântica, 15 - CEU Caminho do Mar, 16 - CEU Navegantes, 17 - CEU Inácio Monteiro, 18 - CEU Camp Limpo, 19 - CEU Vila Rubi, 20 - CEU Parelheiros, 21 - CEU Vila do Sol, 22 - CEU Paraísoópolis, 23 - CEU Capão Redondo, 24 - CEU Quinta do Sol, 25 - CEU Três Pontes, 26 - CEU Sapopemba, 27 - CEU Paulistano, 28 - CEU Pq. Anhangueira, 29 - CCA Itaquera, 30 - Rio Grande da Serra, 31 - Biritiba Mirim, 32 - Casa de Cultura da Penha, 33 - Entidade AME, 34 - Espaço Aberto Jd. Miriam, 35 - Poá, 36 - Júlio Prestes, 37 - Mazzaropi, 38 - Embu das Artes, 39 - Osasco, 40 - Brooklin, 41 - Cesa Cata Preta-Santo André, 42 - Arujá, 43 - Guararema e 44 - Caieira. **2. Eixo - Atividades Extraclasses:** Em 2021 foram realizados: 10 Master classes com 171 alunos participantes e 11 Workshops com 388 alunos participantes. **3. Eixo - Atividades de Difusão Formativa:** O número total de alunos matriculados nos grupos artístico-pedagógicos de bolsistas do Guri em 2021 foi 363. Foram realizadas em 2021, 54 apresentações dos Grupos artístico-pedagógicos de bolsistas. **Grupos artísticos-pedagógicos de bolsistas (Grupos Infantis e Juvenis):** Em 2021 as apresentações dos Grupos artístico-pedagógicos de bolsistas tiveram um público de 64.255 pessoas. Foram realizadas as seguintes apresentações: - 6 concertos da Banda Sinfônica Infanto-Juvenil; - 6 concertos da Banda Sinfônica Juvenil; - 6 concertos da Camerata de Violões Infanto-Juvenil; - 6 concertos do Coral Infantil; - 6 concertos do Coral Juvenil; - 6 concertos da Orquestra de Cordas Infanto-Juvenil; - 6 concertos da Orquestra Sinfônica Infanto-Juvenil; - 6 concertos da Big Band Infanto-Juvenil; - 6 concertos do Regional de Choro Infanto-Juvenil. **Grupos artístico-pedagógicos de alunos e familiares:** Informamos que o Coral de Familiares teve 36 alunos matriculados em 2021. O Coral de Familiares realizou 6 concertos com público de 7.667 pessoas. Os Grupos de polo de difusão artístico-pedagógica realizaram 20 concertos com público de 313 pessoas. **4. Eixo - Desenvolvimento Social:** Em 2021 foram realizadas: - 425 Oficinas socioeducativas com crianças e adolescentes com 4.269 alunos participantes; - 155 Oficinas socioeducativas com as famílias das crianças e adolescentes com 2.128 participantes; - 10 oficinas socioeducativas para integração entre polos; - 44 Atividades Culturais com 44 polos participantes. **5. Eixo - Bolsa Auxílio Aos Alunos Dos Grupos Artístico-Pedagógicos:** Em 2021 o total de bolsas-auxílio oferecidas foi 355 e o total de bolsas-auxílio concedidas foi 363. **6. Eixo - Formação e Aperfeiçoamento de Equipe:** Em 2021 tivemos 66 capacitações, com uma carga horária de 444 horas e 271 (84%) colaboradores foram capacitados. **7. Eixo - Programa de Desenvolvimento Institucional:** O índice de satisfação dos alunos e responsáveis com o ensino oferecido pelo Guri em 2021 foi de 99%. A Pesquisa de Satisfação dos Alunos e Responsáveis do Guri foi realizada pelo Instituto Datafolha e ocorreu no período de 22/11/2021 a 17/12/2021. O Índice de Satisfação do público dos concertos dos Grupos Artístico-Pedagógicos do Guri em 2021 foi de 99%. A Pesquisa de Satisfação de Público dos Eventos dos Grupos do Guri foi realizada pelo Instituto Datafolha e ocorreu no período de 20/08/2021 a 31/12/2021. A meta de captação de recursos complementares às atividades do GURI ocorre por meio de projetos incentivados. Em 2021 foi captado o valor total de R\$ 1.087.500,00 aportados nos projetos de Plano Anuais de Atividades (Lei de Incentivo à Cultura). **(c) Relatório Anual 2021 - EMESP Tom Jobim, Teatro São Pedro, Orquestra do Teatro São Pedro e Teatro Caetano de Campos: Eixo 1 - Formação Cultural - Cursos Regulares e Livres:** Em 2021, o Curso de Formação de músicos da EMESP Tom Jobim teve 39 habilitações oferecidas com 611 alunos matriculados e o Curso de Especialização teve 45 habilitações oferecidas com 154 alunos matriculados. Tivemos também 84 Cursos Livres oferecidos com 859 alunos matriculados. **Eixo 2 - Ações complementares à Formação Cultural - Vivência Artística - Atividades:** Em 2021 aconteceu a Revirada Musical que teve a participação de 843 alunos. Também foram realizados 26 Espetáculos Musicais com um público de 6.181 pessoas. **Eixo 2 - Ações complementares à Formação Cultural - Vivência Artística - Grupos Artísticos de Alunos:** Realizamos 9 concertos dos Grupos Artísticos de Alunos dos cursos da EMESP Tom Jobim, com 87 alunos participantes e público de 7.387 pessoas. **Eixo 3 - Desenvolvimento Social:** Foram realizadas em 2021: - 25 Oficinas socioeducativas com alunos com 377 participantes. - 15 Oficinas socioeducativas com famílias com 1.659 participantes. - 5 Atividades Socioculturais; - 2 Oficinas de Integração entre Grupos. O número de alunos atendidos pelo Bolsa-Auxílio em 6 meses de 2021 foi de 42 alunos. **Eixo 4 - Ações complementares à Formação Cultural - Atividades Extraclasses:** Em 2021 foram realizados 18 master classes com 70 alunos participantes e público de 1.171 pessoas. Realizamos 33 workshops com 30.626 alunos participantes. Também aconteceram 2 palestras com público de 3.614 pessoas. Tivemos 1 Intercâmbio com professor internacional convidado que teve a participação de 70 alunos. **Eixo 5 - Ações formativas abertas à comunidade:** Em 2021 aconteceu o IX Encontro de Música Antiga que teve 1 aula/atividade e 1 apresentação artística, com a participação de 59 alunos e um público de 6.295 pessoas. **Eixo 6 - Núcleo de Desenvolvimento de Carreira dos alunos:** Em 2021 foram realizados 29 concertos do Núcleo de Desenvolvimento de Carreira com 89 alunos participantes. **Eixo 7 - Difusão - Grupos Artísticos de Bolsistas:** Em 2021 realizamos: - 13 concertos da Orquestra Jovem Tom Jobim com público de 42.298 pessoas; - 23 concertos da Orquestra Jovem do Estado com público de 88.776 pessoas; - 7 concertos da Banda Sinfônica Jovem do Estado com público de 17.256 pessoas; - 12 concertos do Coral Jovem do Estado com público de 23.065 pessoas; - 6 concertos da Orquestra Jovem do Teatro São Pedro com público de 2.937 pessoas. **2 - Programa de Bolsas de Estudo:** Em 2021 tivemos: - 10 meses de concessão de bolsas para 19 bolsistas na Orquestra Jovem Tom Jobim; - 10 meses de concessão de bolsas para 51 bolsistas na Banda Jovem do Estado de São Paulo; - 1 meses de concessão de bolsas para 108 bolsistas na Orquestra Jovem do Estado de São Paulo; - 10 meses de concessão de bolsas para 49 bolsistas no Coral Jovem do Estado de São Paulo; - 10 meses de concessão de bolsas para 34 bolsistas da Orquestra Jovem do Teatro São Pedro; - 10 meses de concessão de bolsas para 17 bolsistas da Academia do Teatro São Pedro; - 6 bolsistas do Ate-

lier de Composição Lírica do Teatro São Pedro. **3 - Programa dos Equipamentos Culturais: 3.1 - Temporada Artística do Teatro São Pedro:** Realizamos em 2021: - 16 récitas de ópera da ORTHESP com público de 27.382 pessoas; - 6 récitas da Academia de Ópera do Teatro São Pedro com público de 2.937 pessoas; - 16 concertos da temporada de concertos líricos e instrumentais sinfônicos e balé realizados pela ORTHESP com público de 21.121 pessoas; - 4 concertos realizados por orquestras convidadas com público de 11.141 pessoas; - 31 concertos de Música de Câmara com público de 48.109 pessoas; - 6 ensaios abertos com público de 9.255 pessoas; - 22 atividades do Teatro São Pedro para além do CG. - 6 atividades do Atelier de Composição Lírica do Teatro São Pedro. O número de profissionais contratados do corpo estável da Orquestra do Teatro São Pedro em 2021 foi de 33 músicos. **3.2 Programa dos equipamentos culturais - Concertos Didáticos:** Realizamos em 2021, 4 concertos didáticos no Teatro São Pedro com público de 7.422 pessoas. **4 - Programas de Conteúdos Digitais:** Foram realizados em 2021, 8 cursos abertos por meio de plataformas digitais de compartilhamento de vídeo com público de 38.408 pessoas. **5 - Programa de Desenvolvimento Institucional:** O índice de satisfação dos alunos e pais com o ensino oferecido pela EMESP em 2021 foi de 97%. A pesquisa foi realizada pelo Instituto Datafolha e ocorreu no período de 22/11/2021 a 17/12/2021. O índice de Satisfação do público dos concertos dos Grupos Artísticos de Bolsistas em 2021 foi de 99%. A pesquisa foi realizada pelo Instituto Datafolha e ocorreu no período de 09/07/2021 a 31/12/2021. O índice de Satisfação do público dos eventos do Teatro São Pedro em 2021 foi de 97%. A pesquisa foi realizada pelo Instituto Datafolha e ocorreu no período de 26/06/2021 a 31/12/2021. No primeiro quadrimestre o valor captado foi de R\$1.277.728,68 aportados nos projetos Plano Anual de Atividades (Lei de Incentivo à Cultura). No segundo quadrimestre o valor captado foi de R\$ 548.464,76 referente a captação de recursos operacionais. No terceiro quadrimestre o valor captado foi de R\$ 341.313,40 referente a captação de recursos operacionais. A somatória dos recursos captados nos três quadrimestres (R\$ 2.167.506,84) refere-se a 128,19% da meta total/ anual estipulada em nosso contrato de gestão. **6 - Metas Condicionadas:** Em 2021 6 alunos foram beneficiados com o Prêmio da Orquestra Jovem do Estado. **(d) Relatório Anual 2021 - Complexo Teatro Municipal de São Paulo e seus corpos artísticos a ele vinculados:** A Santa Marcelina Cultura assumiu a gestão emergencial do Complexo Teatro Municipal de São Paulo reconhecendo e entendendo a importância da contribuição da instituição na continuidade das atividades do equipamento e na manutenção de todos os artistas e corpos estáveis a ele vinculados. A Santa Marcelina Cultura elaborou a temporada artística de dezembro de 2020 até abril de 2021. A instituição planejou a programação de forma a priorizar e a valorizar a participação dos corpos artísticos do Teatro Municipal: Orquestra Sinfônica Municipal de São Paulo, Coral Lírico, Coral Paulistano, Quarteto de Cordas da Cidade, Balé da Cidade, além da Orquestra Experimental de Repertório. A programação contemplou concertos com transmissão ao vivo, apresentações previamente gravadas e espetáculos com a presença de público. De forma a democratizar o acesso, cativar novos públicos e de aproximar o teatro e seu público, toda a programação realizada presencialmente contemplou transmissões ao vivo gratuitas pelo canal de YouTube do Municipal. A temporada foi ainda planejada de forma a respeitar os protocolos sanitários. Por conta disso, os repertórios foram escolhidos de modo a Contemplar formações reduzidas e concertos mais curtos. A programação incluiu concertos dedicados aos 250 anos de Beethoven e uma apresentação em comemoração aos 85 anos do Coral Paulistano. O Balé da Cidade de São Paulo retomou suas atividades com um programa que foi construído de forma colaborativa com os bailarinos do grupo, apresentando duas coreografias inéditas criadas pelos artistas brasileiros Marisa Bucoff, integrante do BCSP, e Clébio Oliveira. **Retorno atividades com público:** O Teatro Municipal reabriu as portas ao público no mês de dezembro com dois concertos especiais de Natal. No dia 20 de dezembro, o Coral Lírico de São Paulo subiu ao palco, sob regência de Sergio Werner, para interpretar obras dos compositores Camille Saint-Saëns, Franz Gruber e Georg F. Haendel. **Municipal Online:** Com o intuito de democratizar o acesso, cativar novos públicos e de aproximar o teatro e seu público, toda a programação realizada presencialmente contemplou transmissões ao vivo gratuitas pelo canal de YouTube do Municipal. Além das transmissões, a programação contemplou ainda apresentações previamente gravadas e disponibilizadas de forma gratuita no Youtube, além de concertos gravados remotamente. O programa Municipal Online foi uma das principais estratégias de democratização do acesso à população e ampliação de público desenvolvida pela Santa Marcelina Cultura neste período de gestão emergencial. No período de novembro de 2020 e 30/04/2021, tivemos mais de 290 mil visualizações no Canal de Youtube o TMSP. O tempo de exibição de vídeos no período foi de 17,1 mil horas. Conquistamos mais de 6,1 mil novos inscritos para o Canal do YouTube do

Teatro Municipal de São Paulo, uma das principais estratégias de democratização da Instituição para este período de gestão emergencial para democratizar o acesso das produções artísticas do Teatro Municipal de São Paulo para todos. Entre os países que mais acessaram os eventos publicados e/ou transmitidos ao vivo no YouTube, podemos destacar: Portugal, Estados Unidos, Alemanha, Itália, Japão e Argentina. Além do Brasil, tivemos acessos aos conteúdos em mais 24 países. **Democratização do acesso:** Além de promover o acesso gratuito aos eventos online, considerando principalmente a capacidade reduzida em função dos protocolos sanitários, de forma a atender, não apenas o público de São Paulo, mas também do Brasil e de diversos países. A Santa Marcelina Cultura disponibilizou uma cota gratuidade de no mínimo 20% de ingressos para cada uma das apresentações. O resultado de gratuidade para formação de público no período da gestão foi de 18%. **Visitas educativas:** O Teatro Municipal de São Paulo voltou a oferecer as visitas educativas a partir do mês de janeiro de 2021. As visitas educativas foram retomadas em total concordância com os protocolos sanitários, procurando garantir a segurança dos visitantes e de nossas equipes. Com grupos menores (capacidade máxima de 10 visitantes) e agendamento prévio pelo site do Teatro Municipal para evitar aglomerações. Elas também estavam disponíveis em inglês e com monitoria de intérprete em Libras. Foram realizadas 92 Visitas educativas presenciais e 555 pessoas foram atendidas presencialmente. No de março de 2021, o Estado de São Paulo, seguido pelo Município, decretou Fase Vermelha emergencial, que determinou novo estágio de interrupção das atividades com público, por no mínimo 15 dias. Toda a programação artística do Teatro Municipal migrou novamente para o formato digital. Sendo assim, a nova estratégia para a área de Formação & Participação foi a criação da versão online e gratuita da visita educativa, com narração e em versão para perfis distintos: o público em geral e o público infantojuvenil. **Pesquisa de satisfação:** A pesquisa de público iniciou-se em dezembro de 2020 com os quatro concertos gravados e publicados no canal de YouTube do Teatro Municipal de São Paulo, realizados em homenagem aos 250 anos de Beethoven. Para tanto, a Santa Marcelina Cultura contratou o Instituto Datafolha para mensuração da satisfação do público nos eventos realizados presencialmente e/ou digitalmente até 30/04/2021 de todos os corpos artísticos. O objetivo da pesquisa contratada é analisar o perfil do público dos eventos, sua satisfação com os eventos, transmissões e protocolos sanitários adotados pelo Teatro Municipal de São Paulo, bem como, o índice de NPS da Temporada, já no decorrer dos eventos, buscando constante aprimoramento da execução do trabalho e melhor atendimento ao público. No período, foram realizadas pesquisas tanto para os eventos presenciais quanto para os espetáculos online. Por conta da pandemia do COVID-19, as pesquisas aconteceram somente de forma digital, por meio de uma plataforma elaborada pelo Instituto Datafolha. Os links e QR Codes das pesquisas foram disponibilizados nos programas de sala, em totens distribuídos 356 no foyer do Teatro, nas transmissões online e por e-mail para o público cadastrado na bilheteria de cada um dos eventos. Abaixo demonstramos os principais resultados da Pesquisa realizada em 29 espetáculos de dezembro de 2020 a abril de 2021, com margem de erro de 4 pontos percentuais para mais ou para menos e nível de confiança de 95%. Resultados alcançados: 98% do público dos eventos avaliou os espetáculos como ótimo ou bom. 98% do público que participou presencialmente dos espetáculos do Teatro Municipal de São Paulo sentem-se seguros para retornar, o que valida os protocolos aplicados nos eventos. NPS na Zona de Excelência: conquistamos o NPS 91 para os eventos do período, mesmo que a maior parte do público tenha sido online e não seguidora do Teatro Municipal. Importante indicador que demonstra o trabalho realizado na conquista de novos públicos, sobretudo os mais jovens, conforme o gráfico de perfil. As informações acima apresentadas (a partir do item "Detalhamento dos projetos incentivados, contratos de gestão e termos de colaboração restritos 2021") foram extraídas dos relatórios gerenciais da Associação. Por serem dados não contábeis como, por exemplo, números de vagas oferecidas, números de oficinas realizadas, etc), tais informações não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras. **12. Fundos de reserva/contingência**

	31/12/2021	31/12/2020
Recursos de Reserva Contrato 04/2017-Guri	1.884.119	1.836.328
Recursos de Reserva Contrato 05/2017-Emesp	2.196.981	2.140.906
Fundo de Reserva Termo de Colaboração 01/FTMSP/2020 - TMSP	-	5.270.173
Recursos de Contingências Contrato 04/2017-Guri	886.886	864.390
Recursos de Contingências Contrato 05/2017-Emesp	2.141.505	2.086.628
Recursos de Contingências Termo de Colaboração 01/FTMSP/2020 - TMSP	-	500.070
Total	7.109.491	12.698.495

A seguir demonstramos a movimentação dos fundos em 31 de dezembro:

Descrição	2021		Valor residual
	Saldo anterior	Valores recebidos	
Recursos de Reserva Contrato 04/2017 - Guri	1.836.328	- 47.791	- 1.884.119
Recursos de Reserva Contrato 05/2017 - Emesp	2.140.906	- 56.075	- 2.196.981
Fundo de Reserva Termo de Colaboração 01/FTMSP/2020-TMSP (a)	5.270.173	- 7.447 (2.220.676)	-
Recursos de Contingências Contrato 04/2017 - Guri	864.390	- 22.496	- 886.886
Recursos de Contingências Contrato 05/2017 - Emesp	2.086.628	- 54.877	- 2.141.505
Recursos de Contingências Termo de Colaboração 01/FTMSP/2020-TMSP	500.070	- 1.193	-
Total	12.698.495	- 189.879 (2.220.676)	- (3.558.207) 7.109.491

(a) A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, geriu em caráter emergencial pelo período de 01/11/2020 a 30/04/2021, por meio do Termo de Colaboração n.º 01/FTMSP/2020 firmado com a Prefeitura do Município de São Paulo por intermédio da Fundação Teatro Municipal de São Paulo, o Complexo Teatro Municipal de São Paulo (TMSP) e os corpos artísticos a ele vinculados. Em abril de 2021, conforme previsto no termo de colaboração findou-se o presente instrumento. Direitos e obrigações foram sub-rogados pela instituição vencedora do chamamento público e, o saldo financeiro remanescente foi devolvido à Fundação Teatro Municipal em maio de 2021.

Descrição	2020		Valor residual
	Saldo anterior	Valores recebidos	
Recursos de Reserva Contrato 04/2017 - Guri	1.800.430	- 35.898	- 1.836.328
Recursos de Reserva Contrato 05/2017 - Emesp	2.098.902	- 42.003	- 2.140.906
Fundo de Reserva Termo de Colaboração 01/FTMSP/2020 - TMSP	-	7.000.000	820 (1.730.647)
Recursos de Contingências Contrato 04/2017 - Guri	847.492	- 16.898	- 864.390
Recursos de Contingências Contrato 05/2017 - Emesp	2.045.595	- 41.033	- 2.086.628
Recursos de Contingências Termo de Colaboração 01/FTMSP/2020-TMSP	-	500.000	70
Total	6.792.420	7.500.000	136.722 (1.730.647) - 12.698.495

13. Provisão para contingências: A Associação é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão considerada suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Movimentação do período	Saldo inicial		Saldo final	
	31/12/2020	Adição	31/12/2021	Adição
Cível	-	-	-	-
Trabalhistas	274.511	140.322	414.833	337.178
	274.511	140.322	414.833	337.178
	Saldo inicial	Reversão	Saldo final	Saldo final
	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2021
Trabalhistas	636.066	56.968	693.034	274.511
	636.066	56.968	(418.523)	274.511

Riscos avaliados como perdas possíveis: Os valores das contingências de natureza trabalhista consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Associação são de R\$ 24.914.120 e de natureza cível no valor R\$ 176.814 em 2021 (R\$ 24.912.067 apenas de natureza trabalhista em 2020) e não estão provisionadas tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. **Principal processo trabalhista avaliado como risco de perda possível:** O Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública em 11/11/2009 (Processo nº 02356002320095020028 - 28ª VT/SP), em face da Fazenda Pública Estadual, do então Secretário Estadual de Cultura Sr. João Sayad, da Associação dos Amigos do Centro de Estudos Musicais Tom Jobim, da Cooperativa de Trabalho dos Profissionais de Música de São Paulo, da Associação Paulista dos Amigos da Arte - APAA e da Associação de Educação, Cultura e Assistência Social Santa Marcelina. Com relação à Fazenda Pública do Estado de São Paulo, pretende o MPT que não sejam firmados convênio, termo de parceria, contrato ou contrato de gestão ou instrumento jurídico equivalente, com entidade interposta, qualificada ou não como Organização Social, que implique na transferência da prestação de serviços ligados à sua atividade fim. Além disso, também pretendia o MPT que a FESP rescindisse imediatamente os contratos de gestão firmados com a Associação Paulista dos Amigos da Arte - APAA e a Associação de Educação, Cultura e Assistência Social Santa Marcelina. Com relação à Associação de Educação, Cultura e Assistência Social Santa Marcelina

▶continuação

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina. Em 31/12/2021 o Patrimônio Líquido era de R\$ 2.403.352 (R\$ 2.562.101 em 2020). De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente é destinado para uma entidade beneficente congênera ou afim, sem fins econômicos e lucrativos, registrado no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, se a lei exigir e de preferência constituída pelas "religiosas Professas, Irmãs Marcelinas", conforme for fixado pela Assembleia Geral.

16. Remuneração da Administração: O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração da Diretoria Estatutária. A Associação não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

17. Receitas vinculadas a recursos de contratos de gestão

	31/12/2021	31/12/2020
Contrato de Gestão - EMESP (05/2017) - (Vide nota explicativa nº 11)	39.108.609	30.691.425
Contrato de Gestão - Projeto Guri (04/2017) - (Vide nota explicativa nº 11)	27.867.324	23.655.943
Receitas realizadas em razão do confronto com as despesas de depreciação - EMESP	289.584	453.206
Receitas realizadas em razão do confronto com as despesas de depreciação - Projeto Guri	249.164	300.658
Outras receitas vinculadas ao contrato de gestão (cessão de espaço) - EMESP	121.950	-
Termo de Colaboração 01 FTMSP 2021/2020 - (Vide nota explicativa nº 11)	35.317.070	24.976.493
Total	102.953.701	80.077.725

18. Despesas operacionais por projetos

Demonstração do Resultado	2021					Total
	MATRIZ	GURI	EMESP	PRONAC	TMSP	
Despesas com pessoal	-	(18.068.470)	(20.005.990)	-	(21.676.825)	(59.751.285)
Despesas com encargos sociais	-	(5.337.943)	(6.190.943)	-	(6.934.637)	(18.463.523)
Despesas gerais	(44.656)	(856.086)	(1.435.905)	-	(1.198.096)	(3.534.743)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(250.067)	-	-	(250.067)
Despesas com depreciação	(319.569)	(249.164)	(289.584)	-	(500)	(858.817)
Serviços prestados por terceiros	(167.760)	(2.538.430)	(9.619.323)	-	(5.594.084)	(17.919.597)
Despesas com locações	(1.126)	(950.112)	(1.520.491)	-	(85.155)	(2.556.884)
Despesas com impostos e taxas	(3.827)	(135.974)	(230.076)	-	(22.332)	(392.209)
Despsas Trabalho Voluntário	(304.433)	-	-	-	-	(304.433)
Total do resultado	(841.371)	(28.136.179)	(39.542.379)	-	(35.511.629)	(104.031.558)

Demonstração do Resultado	2020					Total
	MATRIZ	GURI	EMESP	PRONAC	TMSP	
Despesas com pessoal	-	(15.742.368)	(16.671.453)	-	(17.489.239)	(49.903.060)
Despesas com encargos sociais	-	(4.706.048)	(5.091.594)	-	(5.597.493)	(15.395.135)
Despesas gerais	(408.947)	(669.127)	(878.717)	(203.580)	(265.328)	(2.425.699)
Despesas com depreciação	(328.259)	(300.658)	(453.206)	-	-	(1.082.123)
Serviços prestados por terceiros	(142.483)	(1.832.804)	(6.972.613)	(1.572.352)	(1.642.367)	(12.162.619)
Despesas com locações	(12.035)	(620.348)	(963.064)	(31.551)	(25.251)	(1.652.249)
Despesas com impostos e taxas	(1.605)	(74.316)	(96.588)	-	-	(172.509)
Despsas Trabalho Voluntário	(12.016)	-	-	-	-	(12.016)
Total do resultado	(905.345)	(23.945.669)	(31.127.235)	(1.807.483)	(25.019.678)	(82.805.410)

19. Resultado financeiro, líquido

Receitas financeiras	2021	2020
Rendimento de aplicações financeiras	995	1.378
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	6.723	-
Outras receitas financeiras	26.080	12.438
Total	33.798	13.816

Despesas financeiras

Tarifas bancárias	2021	2020
Tarifas bancárias	(73.867)	(91.779)
Total	(73.867)	(91.779)

Resultado financeiro, líquido

Total	(40.069)	(77.963)
--------------	-----------------	-----------------

20. Instrumentos financeiros: A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. **Estimativa do valor justo:** Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020 a Associação não efetuou operações com derivativos. Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31/12/2021 e de 2020), a Associação está sujeita aos fatores de: (i) **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Associação. **Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira.

31/12/2021	Fluxo de caixa contratuais					
	Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	6 meses			Mais de 5 anos
			Total	Menos meses	1-2 anos	
Forneceadores	101.411	101.411	-	-	-	
Outras Contas a Pagar	10.152	10.152	-	-	-	
Total	111.563	111.563	111.563	-	-	

31/12/2020	Fluxo de caixa contratuais					
	Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	6 meses			Mais de 5 anos
			Total	Menos meses	1-2 anos	
Forneceadores	948.858	948.858	-	-	-	
Outras Contas a Pagar	67.757	67.757	-	-	-	
Total	1.016.615	1.016.615	1.016.615	-	-	

(ii) **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Associação incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contraparte em um instrumento financeiro que falhe ao cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo e de instrumentos financeiros, porém o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha. **Exposição a riscos de crédito:** A seguir, estão os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima do crédito, na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	37.556.360	38.304.036
Recursos restritos vinculados a fundos - aplicações financeiras	7.109.491	12.698.495
Títulos e valores mobiliários	181.127	-
Outros ativos	1.309.237	172.590
Total	46.156.215	51.175.121

Caixa e equivalentes - A política de gestão de risco determina que a Associação avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como proposta de mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos. A Associação possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. No que tange às instituições financeiras, a Associação somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating e aplicações em títulos de renda fixa, que são realizadas com bancos de primeira linha. **Títulos e valores mobiliários** - Em 31/12/2021 a Associação detinha saldo de Títulos de valores mobiliários concentrados em fundos de investimentos no montante de R\$ 181.127, com a intenção de uso na operação. A Administração considera este risco baixo, pois as operações são mantidas em instituições financeiras de primeira linha. **Outros créditos** - De modo geral, o risco de crédito de outras contas a receber é o risco devido à incerteza na capacidade da contraparte em cumprir as suas obrigações. Do ponto de vista do risco de crédito, a Associação avalia cada contraparte e gerencia individualmente este risco. **Hierarquia de valor justo:** A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias:

Ativos	Classificação	de valor justo	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e Equivalentes de caixa - Bancos	Custo			
conta movimento	Amortizado	Nível 1	71.971	285.801

	Valor justo por meio do resultado	Nível	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	Resultado	Nível 2	37.484.389	38.018.235
Recursos restritos vinculados a fundos - aplicações financeiras	Resultado	Nível 2	7.109.491	12.698.495
Outros créditos	Amortizado	Nível 1	1.309.237	172.590
Passivos	Classificação		31/12/2021	31/12/2020
Forneceadores	Outros passivos financeiros (custo amortizado)		(101.411)	(948.858)
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros (custo amortizado)		(10.152)	(67.757)
			(111.563)	(1.016.615)

O CPC 48/NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Associação para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 48/NBC TG 48 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo: • **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Associação está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras). **21. Renúncia fiscal:** A Associação entende como renúncia fiscal, a ação do ente público que, podendo cobrar o tributo se abstém de fazê-lo por meio de lei conforme dispõe o artigo 176, caput do CTN que trata do instituto da Isenção. Neste sentido, em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **Da Contribuição Social sobre o Lucro - CSL:** Prevê o Decreto Lei 9.532/97 que consideram-se isentas a CSL as instituições de caráter filantrópico que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. **Da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do Programa de Integração Social - PIS:** Segundo o Decreto nº 4.524/2002 são contribuintes do PIS/Pasep incidente sobre a folha de salários, instituições de caráter filantrópico e, estas não contribuem para o PIS/Pasep incidente sobre o faturamento e são isentas da Cofins com relação às receitas derivadas de suas atividades próprias. **22. Cobertura de seguros:** A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio, risco diversos para os bens do ativo imobilizado e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **23. Eventos subsequentes:** A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, participou da convocação pública a que alude o artigo 6º, § 3º, da Lei Complementar Estadual n.º 846, de 04/06/1998, nos termos da **Resolução SC nº 42/2021, 24/09/2021**, com o fim de celebrar Contrato de Gestão com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa, para o gerenciamento de 340 Polos do objeto cultural **Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação Casa**, e logrou êxito, sendo declarada como vencedora do certame, conforme Despacho do Gabinete do Secretário de 08/12/2021, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 09/12/2021. O referido instrumento contratual possui vigência de 01/01/2022 a 31/12/2026, e tem por objeto o fomento, a operacionalização da gestão e a execução das atividades na área cultural, com o fim de administrar em parceria com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo por meio da Unidade de Formação Cultural o Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação CASA, a oferta de cursos gratuitos de iniciação musical, objetivando, além do ensino musical, a inclusão social de crianças e adolescentes. De acordo com a política cultural do Estado de São Paulo, as finalidades que traduzem a razão de existir do programa cultural são organizadas através de um conjunto de programas de trabalho, que expressam as ações finalísticas a serem executadas (de ampliação do acesso aos bens e aos meios de produção cultural, de ampliação da interiorização da circulação e difusão dos bens culturais, de ampliação das iniciativas de fomento cultural direto e indireto, de preservação, pesquisa, formação e divulgação do patrimônio cultural, visando contribuir para a educação, identidade, cidadania e fruição cultural) e as atividades de gestão e de áreas-meio, para viabilizá-las. Para materializar o desenvolvimento desses programas, a operacionalização deste Plano de Trabalho envolve a execução de metas técnicas e administrativas, a realização de rotinas técnicas e o cumprimento de obrigações contratuais e gerenciais.

Rosane Ghedin - Diretora Presidente Rodrigo Ronald Henrique da Silva - Contador - CRC nº 1SP-290165/O-2

Parecer do Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais: À Diretoria, O Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, em reunião realizada nesta data, nos termos do artigo 54, inciso V, do Código Civil de 2002, e de acordo com o que determina o artigo 96 do Estatuto Social, no uso de suas atribuições legais, examinou as Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2021, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e as correspondentes Notas Explicativas, considerando para tanto o parecer emitido pela auditoria KPMG Assurance Services Ltda. Com base nos exames efetuados, o Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais, entendendo que as peças acima citadas representam adequadamente a Posição Patrimonial e Econômica da entidade e que estão em conformidade com as disposições legais pertinentes à matéria, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente à aprovação integral e sem qualquer ressalva dos referidos documentos. São Paulo, 03/03/2022. Ir. Odiva Palla; Ir. Luceni das Mercês; Ir. Tereza Aparecida Benjamin Teixeira.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31/12/2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Associação, cuja apresentação não é requerida às entidades de direito privado sem fins lucrativos, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Associação. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada às demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** O balanço patrimonial em 31/12/2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 20/01/2021, sem modificação. Os valores correspondentes relativos à Demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2020, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, emitiram relatório sem modificação. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 16 de fevereiro de 2022. **KPMG Assurance Services Ltda.** - CRC 2SP-023228/O-4. **Marcos Antonio Boscolo** - Contador CRC 1SP198789/O-0.